

cescontexto

Paisagens Socioculturais Contemporâneas

Carlos Fortuna (coord.)

Adelino Gonçalves

José Maçãs de Carvalho

Rogério Proença leite

Paulo Peixoto

Paula Abreu

Claudino Ferreira

Nº 12

Novembro 2015

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Property and Edition/Propriedade e Edição

Centre for Social Studies – Associate Laboratory

University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Editorial Board/Comissão Editorial

General Coordination/Coordenação Geral: Sílvia Portugal

Debates Collection Coordination/Coordenação Debates: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

Índice

Paisagens Socioculturais Contemporâneas: Apresentação	4
<i>Carlos Fortuna</i>	
A paisagem da ruína urbana	5
<i>Adelino Gonçalves</i>	
Dimensões urbanas da salvaguarda.....	10
<i>José Maçãs de Carvalho</i>	
Paisagens com imagens do arquivo e da memória.....	24
<i>Rogério Proença Leite</i>	
Espaço e poder: os procesos de <i>Gentrification</i>	30
<i>Paulo Peixoto</i>	
A China urbana.....	37
<i>Paula Abreu</i>	
Cidades, cenas musicais e paisagens urbanas: itinerários bibliográficos.....	43
<i>Claudino Ferreira</i>	
O envolvimento cultural comunitário	48

O envolvimento cultural comunitário¹

Claudino Ferreira

Resumo: Módulo sobre o trabalho artístico com grupos mais desfavorecidos e culturalmente desprovidos. Aborda as políticas e os programas culturais orientados por preocupações de cariz social, problematizando os seus pressupostos, objetivos, procedimentos e efeitos.

1. Cultura, qualificação e participação das populações mais vulneráveis e fragilizadas

O entendimento de que as artes e a cultura constituem fatores muito relevantes de qualificação, integração social e melhoria da qualidade de vida dos setores da população mais desfavorecidos ou vulneráveis a processos de exclusão social tem adquirido, nas décadas mais recentes, forte expressão nas linhas de orientação de política pública emanadas quer dos Estados nacionais e dos seus organismos administrativos, quer de entidades internacionais como a CE, a UNESCO ou a OCDE.

Este entendimento da cultura como ferramenta ao serviço de objetivos sociais atualiza uma linha de debate e de ação em torno dos impactos sociais das artes e do contributo da cultura para o reforço da coesão, da participação e da integração social, com expressão na Europa pelo menos desde os anos 60 do século passado. É uma linha que, partindo do reconhecimento do valor essencial da cultura como componente central do desenvolvimento pessoal e da participação ativa e plena dos cidadãos nas sociedades contemporâneas, o estende para uma valorização mais instrumental, como recurso privilegiado de capacitação e empoderamento dos mais desfavorecidos, excluídos ou estigmatizados.

A partir de finais da década de 1980, e em paralelo com a valorização do potencial económico do setor cultural e criativo, a reflexão em torno dos impactos sociais das artes foi ganhando um relevo crescente. Nessa reflexão, somam-se a uma das metas mais clássicas das políticas culturais – a promoção de um acesso universal e não excludente à fruição artística e cultural – outros desígnios sociais para a cultura, de cariz mais instrumental. Combinam-se aí duas perspetivas complementares. Por um lado, enfatiza-se o contributo que as atividades culturais podem dar para o desenvolvimento, a identidade e a coesão das comunidades, e em particular das comunidades mais desfavorecidas ou discriminadas. Por outro lado, e no âmbito de uma perspetiva que tem ganho maior expressão nos anos mais recentes, valoriza-se o papel que a participação em atividade cultural e artística pode desempenhar no reforço das competências e das capacidades individuais e, especialmente, na qualificação e nos processos de aprendizagem das pessoas que integram setores da população mais expostos a processos de

¹ Este texto é uma versão adaptada e parcial da Parte II do estudo *Cultura, Formação e Cidadania*, realizado pelo Centro de Estudos Sociais para a Secretaria de Estado da Cultura, no âmbito do programa Cultura 2020 (Fortuna *et al.*, 2015).

exclusão ou isolamento social, cultural, cívico ou económico. Contam-se, entre os setores da população visados por este último tipo de orientação, categorias sociais como os idosos, os imigrantes e as minorias étnicas, os desempregados, as pessoas em situação de precariedade material ou risco de pobreza, os jovens com baixas qualificações ou em situação de vulnerabilidade à exclusão social, as pessoas com necessidades especiais.²

Quer os documentos programáticos de política pública emanados de autoridades nacionais e internacionais, quer os estudos de avaliação e diagnóstico apontam, deste último ponto de vista, efeitos relevantes do envolvimento dos grupos mais desfavorecidos em atividades de natureza cultural: reforço da autoestima e da autoconfiança; desenvolvimento de capacidades pessoais facilitadoras do acesso à informação e da interpretação do mundo atual; acesso a oportunidades de formação e aprendizagem ao longo da vida; formação de competências criativas e de adaptação ao mundo do trabalho, ao mercado de emprego e aos recursos da sociedade da informação e da comunicação; reforço do sentimento de pertença e do envolvimento na vida comunitária; combate ao isolamento e à exclusão; incremento das capacidades expressivas, relacionais e interpretativas.³

A tradução deste entendimento instrumental da cultura nas orientações de política pública foi-se manifestando em diversos domínios de contacto entre a área cultural e outras áreas de intervenção – nos programas de regeneração urbana e territorial, antes de mais, mas igualmente nas políticas de coesão social, combate à exclusão e à discriminação, reinserção social e prevenção da criminalidade, educação, formação e qualificação, saúde e bem-estar. Também no campo específico das políticas culturais, a valorização do potencial da cultura para objetivos de natureza social foi ganhando maior presença, inscrevendo-se persistentemente nas retóricas e nas linhas de preocupação dos organismos que, a diferentes escalas, intervêm no setor.

No contexto da União Europeia, essa valorização social da cultura aparece recorrentemente enunciada nos principais documentos de trabalho elaborados no âmbito do OMC (Open Method of Coordination) e do SD (Structured Dialogue) para a área cultural. Nesse quadro de negociação programática, que envolve peritos e parceiros dos vários países, assume-se como fundamental a recomendação do Conselho da Europa: identificar “políticas e boas práticas de arte pública e de instituições culturais que promovam melhor acesso e mais ampla participação na cultura, incluindo os grupos desfavorecidos e (...) que vivem situações (...) de exclusão social” (Conselho da Europa: 2010). Na mesma linha, entre as metas definidas no âmbito da prioridade “Diversidade cultural, diálogo intercultural e cultura acessível e inclusiva”, reafirma-se a ação que as artes e as instituições culturais devem desempenhar com vista à “inclusão de grupos desfavorecidos e em situação de pobreza e exclusão social” (MacDonald *et al.*, 2013: 14). Ao lado da pobreza e da exclusão social, o Plano de Trabalho para a Cultura aponta igualmente outros domínios em que o concurso da atividade cultural se pode revelar decisivo no plano social, como a promoção da saúde e do bem-estar, em particular entre os idosos, os processos de aprendizagem ao longo da vida em

² Existe uma extensa literatura em torno dos impactos sociais das artes e do modo como a utilização da cultura ao serviço de objetivos sociais foi sendo incorporada nas políticas públicas, tanto no contexto Europeu, como noutros contextos (como o norte americano ou o australiano). Vejam-se, entre outros, Matarasso (1997), Guetzkow (2002), Reeves (2002), Belfiore (2002), Belfiore e Bennett (2007).

³ Também neste domínio, existe uma literatura muito vasta e diversificada, que inclui quer estudos de diagnóstico sobre áreas culturais específicas ou projetos concretos, quer análises de cariz mais académico, quer ainda sínteses e documentos de orientação programática de cariz mais institucional e normativo. Vejam-se, neste último caso, e entre outros: GLLAM (2000); Jermyn (2001); EC/D-GESAOE (2005); UNESCO (2006); Varbanova (2011); Winner *et al.* (2013).

contextos informais, o combate à criminalidade, a infoexclusão, a regeneração urbana, as capacitação e o empoderamento das minorias e das comunidades mais vulneráveis, o combate à discriminação sociocultural.

2. O trabalho cultural com as comunidades mais desfavorecidas, vulneráveis e em risco de exclusão

Em Portugal, vimos também assistindo nos últimos anos à multiplicação de iniciativas que alinham nesta filosofia de atuação e que ampliam, a uma nova escala, experiências que se vinham há muito observando no terreno, sobretudo no quadro da atividade desenvolvida por instituições culturais de pequena dimensão, em regra de cariz associativo. Esse trabalho vem-se realizando sob o pano de fundo de um cenário em que, ao mesmo tempo que se acentua a importância estratégica das competências culturais e criativas, as desigualdades de acesso à cultura, longe de se dissiparem, tendem a reproduzir-se e a prolongar-se em novas expressões.

É impossível mapear este universo de iniciativas de forma sistemática. Ele desdobra-se em projetos e ações muito heterogêneos e com enquadramentos organizacionais e programáticos muito distintos. Ao lado de organizações culturais que incorporam na sua atividade programática regular trabalho em proximidade com as comunidades locais e/ou dirigido a grupos sociais específicos, encontramos projetos de alcance diverso, que envolvem formas de cooperação de geometria muito variável entre agentes culturais, organizações da sociedade civil e organismos da administração pública (sobretudo local). São exemplares, a este respeito, os múltiplos projetos desenvolvidos no âmbito de programas de regeneração urbana e de intervenção em bairros considerados “críticos” ou em zonas rurais deprimidas, muitos deles enquadrados nas Redes Sociais locais ou em parcerias interinstitucionais que envolvem atores dos setores público, privado e associativo.

Num outro plano, nos últimos anos têm também sido lançados, no quadro de iniciativas mais estruturadas e direcionadas, programas de apoio ao desenvolvimento de trabalho cultural vocacionado para populações desfavorecidas ou em situação de exclusão cultural. Destacam-se, em particular, os programas *Escolhas* (promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP) e os programas promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, em particular o PARTIS e o Entre Gerações.

O panorama que se vem desenhando neste contexto é, em suma, muito heterogêneo e o concurso da cultura é mobilizado com estatutos muito distintos. Combinam-se iniciativas em que a ação cultural aparece a título subsidiário com programas de atuação mais consistentes e estruturantes no quadro da atividade regular das instituições culturais. Neste último caso, é observável uma tendência crescente para as instituições culturais, sobretudo as mais robustas do ponto de vista organizacional, assumirem no âmbito dos seus serviços educativos e de mediação cultural objetivos programáticos que procuram dar maior resposta a necessidades comunitárias e investir de forma mais decisiva no envolvimento dos grupos social e culturalmente mais excluídos.

Procura-se, na páginas seguintes, identificar e debater algumas das principais questões críticas que emergem no quadro destas experiências, em que objetivos culturais, formativos e sociais se aliam. Para esse efeito, recorre-se aos resultados da investigação desenvolvida no âmbito do estudo *Cultura, Formação e Cidadania*, que procedeu, através da análise documental, da entrevista e da observação direta, a uma ampla sondagem de agentes culturais, atores relevantes no domínio da conceção e do debate das políticas culturais e de instituições

e projetos que, pela sua exemplaridade e relevância, se afiguram como referenciais neste campo de atuação.

2.1. Artes, aprendizagem e missões sociais: promover a participação e a inclusão cultural

Nas iniciativas desenvolvidas no terreno, combinam-se duas modalidades principais de atuação cultural, que com frequência surgem associadas: de um lado, projetos de envolvimento comunitário, orientados para o desenvolvimento de ações de natureza cultural e artística com a participação ativa de pessoas das comunidades locais; de outro lado, iniciativas dirigidas a públicos-alvo específicos, vocacionados para lhes proporcionar aprendizagens e participação ativa, de cariz amador ou experimental, em atividades artísticas de cariz criativo/inventivo, interpretativo, curatorial ou observacional.

A primeira questão que se coloca no contexto deste género de projetos é a da condição em que é perspectivada a ação cultural realizada com as populações e os grupos envolvidos. Ou seja, a forma como neles se articulam objetivos de familiarização, aprendizagem e participação cultural e artística e objetivos de cariz social. Entre os artistas e, de forma geral, os vários tipos de agentes culturais auscultados no âmbito do estudo, prevalece uma visão claramente centrada no trabalho e nos objetivos especificamente culturais, que se demarca, de forma por vezes assumidamente crítica, de qualquer entendimento instrumental da cultura, nomeadamente ao serviço de metas como a coesão ou a inclusão, noções que merecem apreciações críticas e distanciadas.

Nesta ótica, às artes não compete diretamente a resolução de problemas sociais. Isso não quer dizer que não se reconheça às artes a capacidade de contrariar a exclusão social e a estigmatização, nem que estas questões devam estar ausentes das preocupações dos agentes culturais. Mas o contributo social das artes é predominantemente entendido como um contributo formativo e capacitante em si mesmo, que deve resultar do modo como o “encontro com as artes” propicia a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e competências técnicas, intelectuais, expressivas, emocionais e relacionais.

Se as artes e a cultura são um mediador da relação das pessoas com o mundo, são-no, portanto, na medida em que lhes fornecem competências e experiências que, em si mesmas, têm um poder simultaneamente didático, capacitante e emancipatório. O foco central da ação cultural deve ser a familiarização e a aprendizagem da arte e pela arte e não a resolução dos problemas sociais, que a prática cultural pode no entanto ajudar a enfrentar, tanto no plano individual como societal.

Em paralelo, os agentes culturais fazem ressaltar a necessidade de uma maior interpenetração entre os setores cultural e educativo, frisando a necessidade de uma presença mais forte da formação artística e de conteúdos e metodologias culturais e artísticas no sistema de ensino. Reconhecendo papéis diferenciados à escola e ao setor cultural e artístico, endossam as vantagens da aprendizagem artística na formação geral das competências que a escola deve promover. Mais do que para a formação de competências técnicas, apontam, neste caso, para competências gerais: somam às já referidas acima o espírito de cooperação e de trabalho em grupo; a capacidade de coordenação e a autodisciplina; a compreensão de si e dos outros, tolerância e a abertura para o diálogo intercultural. Veem ainda nas artes um espaço privilegiado de experimentação de novas metodologias de trabalho formativo e didático, nomeadamente no quadro das estratégias de aproximação e diálogo com grupos cultural e socialmente desfavorecidos, passíveis de serem adaptadas a contextos de educação formal vocacionados quer para crianças e jovens, quer para adultos e idosos.

2.2. Trabalhar com grupos desfavorecidos e estigmatizados

O trabalho de envolvimento cultural e artístico de grupos desfavorecidos ou socialmente estigmatizados envolve dimensões especialmente sensíveis e complexas, que se manifestam de modos diferenciados em função das características específicas dos grupos em causa e dos contextos em que os projetos se desenvolvem, mas também da estratégia das estruturas culturais. Convocam-se aqui 3 projetos que trabalham com outros tantos grupos distintos, para equacionar algumas das dimensões críticas que emergem transversalmente dessas experiências.

O primeiro é da companhia O Teatrão que, no âmbito do projeto Bando à Parte, vem realizando trabalho de formação em teatro e outras áreas complementares com um grupo de jovens provenientes de bairros sociais e de famílias carenciadas e culturalmente desprovidas do concelho de Coimbra. O trabalho de formação artística dos jovens e o seu envolvimento em processos de criação é realizado no contexto da atividade regular da companhia, que associa a criação teatral à componente formativa e a uma relação de grande proximidade com a comunidade envolvente. O segundo projeto é o Som da Rua, desenvolvido pelo Serviço Educativo da Casa da Música, em cooperação com instituições de apoio social do Porto. O projeto envolveu um grupo de sem abrigo num processo de aprendizagem e interpretação musical, que culminou com a apresentação de espetáculos em vários locais. Tratou-se de um projeto que, ao contrário do anterior, assumiu um caráter mais pontual. O terceiro projeto, finalmente, é a Ópera na Prisão, da SAMP (Sociedade Artística Musical de Pousos) e trabalha num contexto institucional especialmente sensível, envolvendo jovens reclusos num processo de recriação e interpretação de um espetáculo de ópera. Tendo sido lançado originalmente como um projeto de caráter pontual, procura na sua versão atual trabalhar num prazo mais longo e dar mais amplitude ao processo, por via do envolvimento das famílias e de outras estruturas culturais locais.

Da análise transversal das três experiências destacam-se algumas dimensões críticas especialmente relevantes. Desde logo, importa considerar a distinção entre projetos pontuais e projetos de continuidade. O projeto do Serviço Educativo da Casa da Música ilustra talvez, entre nós, um dos casos mais consistentes e criteriosos de iniciativas de cariz pontual, sustentado no *know how* e na experiência acumulada pela instituição. Não obstante, este género de projetos suscita questões sensíveis sobre o seu alcance e eficácia, nomeadamente no que diz respeito à aproximação duradoura e conseqüente à prática cultural e à familiarização com as artes e a cultura, assim como aos desejados efeitos de aprendizagem, capacitação e empoderamento dos participantes envolvidos. Sabemos pouco sobre os trajetos desses participantes após a conclusão dos projetos e escasseiam as situações em que as instituições culturais procuram acompanhá-los e dar continuidade ao trabalho iniciado no âmbito de ações pontuais. A experiência da SAMP com reclusos é, deste ponto de vista, significativa. A equipa sentiu justamente a necessidade de ajustar a estratégia na sequência da sua primeira experiência, não só para desenvolver uma metodologia de trabalho que proporcionasse um enquadramento social e ambiental mais propício ao envolvimento ativo dos participantes, mas também para proporcionar condições de maior durabilidade e continuidade à experiência cultural dos reclusos. A pesquisa realizada junto das instituições e dos agentes culturais mostra na verdade que a continuidade, a proximidade e o envolvimento das experiências culturais num quadro comunitário mais amplo se revelam aspetos decisivos para o estabelecimento de cumplicidades, a ultrapassagem dos obstáculos e dos distanciamentos mútuos, a construção de experiências integradoras e conseqüentes.

Esta questão suscita uma outra, que se revela particularmente crítica para as instituições culturais: a das condições de continuidade do trabalho realizado. A dependência de apoios e

financiamentos de cariz pontual é um obstáculo sério ao desenvolvimento de trabalho consequente, aspeto que, se é válido em geral para a atividade das instituições culturais, é-o em particular para projetos que, pela sua natureza, exige persistência, durabilidade e acompanhamento em grande proximidade. O trabalho de continuidade adquire uma invisibilidade que contrasta com a forte visibilidade pública e mediática que alcançam muitos projetos de caráter pontual, sobretudo aqueles que são desenvolvidos no quadro das instituições culturais mais robustas e prestigiadas, o que limita a capacidade de atrair apoios, nomeadamente de financiadores privados que procuram justamente os efeitos de exposição mediática.

No terreno, as instituições culturais, e sobretudo as pequenas estruturas de cariz associativo, vão procurando na teia de cumplidades e parcerias que tecem com outros atores locais, e com os municípios em particular, condições de sobrevivência e continuidade do seu trabalho, que no entanto as mantêm sujeitas a uma forte precariedade e indeterminação. Se é vital que as próprias estruturas culturais desenvolvam competências e estratégias mais eficazes de mobilização e gestão de recursos e financiamentos, é fundamental também que as políticas públicas para a cultura se revelem mais atentas e sensíveis à necessidade de assegurar trabalho cultural em continuidade e mais capazes de agilizar formas de articulação intersetorial (cultura, educação, ação social...) e entre os diversos níveis da administração (central, regional, local) com esse fim.

3. Intervenção cultural e artística em bairros precários e vulneráveis

A intervenção em bairros que acumulam condições de forte precariedade socioeconómica, vulnerabilidade à pobreza e à exclusão e estigmatização social é um dos domínios em que, em Portugal como no resto da Europa, as artes e a cultura mais têm sido convocadas a atuar. A extensa bibliografia em torno deste tema é profusa na enunciação do potencial que a intervenção cultural tem neste campo, salientando os efeitos de coesão identitária e empoderamento das comunidades, de reforço da autoestima e capacitação das pessoas, de mobilização em torno de projetos comuns, de combate à estigmatização e à desqualificação simbólica, de prevenção da violência, da criminalidade, da delinquência. Mas os estudos mais analíticos dão também conta dos muitos equívocos que este género de intervenção suscita e do caráter não linear dos efeitos desejados, que tendem a ser sobreavaliados pelos promotores.

A mobilização do contributo das artes e da cultura neste quadro é feita a vários títulos, indo da requalificação e animação do espaço público ao lançamento de ações direcionadas para a formação cultural e artística de grupos específicos de residentes, passando por formas diversas de envolvimento das populações em iniciativas culturais. No terreno, encontramos modalidades muito diversas de intervenção cultural, com graus variáveis de enquadramento em programas mais amplos de regeneração urbanística e social, que envolvem em regra iniciativas dos poderes públicos, em parcerias alargadas com setores diversos da sociedade civil. O estatuto, as metodologias e o alcance da intervenção cultural e artística no âmbito destes processos, por natureza complexos e dilemáticos, desdobra-se em múltiplas variantes. Em muitas circunstâncias, os seus efeitos sobre a efetiva mobilização das populações para a experiência e a aprendizagem cultural e, por via dela, para objetivos sociais mais amplos, diluem-se na sujeição dos projetos a enquadramentos que os orientam sobretudo para objetivos de qualificação estética do espaço público e de animação cultural.

O caso do bairro da Bela Vista, no concelho de Setúbal, é particularmente relevante neste plano. Trata-se de um bairro em que, a fatores de grande vulnerabilidade e precariedade socioeconómica, se somam segmentações e tensões entre as várias comunidades que o habitam e uma forte estigmatização, ampliada pela difusão mediática de uma imagem de

bairro violento. Objeto de um longo e amplo processo de intervenção, em que, ao lado da Câmara Municipal de Setúbal, intervém um leque muito variado de atores, o bairro tem sido também palco de diversas formas de atuação cultural: de instalações de arte pública à realização de filmes/documentários em torno no bairro, passando pela organização de festas, espetáculos ao vivo e programas comunitários de férias e jogos, iniciativas de contacto com cultura promovidas pela escola e o polo local da biblioteca municipal.

Nas intervenções de cariz mais vincadamente artístico, que foram levando ao bairro diversos tipos de artistas, prevaleceu a preocupação de envolver pessoas das comunidades residentes. São especialmente os casos do *Núcleo Museológico Urbano*, conjunto de esculturas criadas por João Limpinho sob encomenda da Câmara Municipal de Setúbal e instaladas nos pátios públicos, e dos três filmes/documentários realizados por João Miller Guerra, Pedro Pinho e Filipa Reis em torno da vida no bairro (*Bela Vista, Cama de Gato e Um Fim do Mundo*). Em ambos os casos foram envolvidos moradores do bairro nos processos artísticos e os criadores passaram longos períodos de tempo no bairro, recolhendo informação, contactando com os moradores e procurando a sua adesão às propostas artísticas que apresentavam.

Das impressões colhidas no âmbito da pesquisa empírica, percebe-se a ambivalência dos impactos e das reações a estas atuações por parte das comunidades, repartidas entre a adesão, a indiferença e a resistência. Como em muitas intervenções desta natureza, os impactos são mais visíveis do lado dos artistas e do seu trabalho ou da qualificação e animação do espaço público do que do lado das comunidades de moradores – estes últimos bem mais difíceis de visualizar e avaliar. Resulta fundamentalmente a perceção da ambivalência dos efeitos de formação e mobilização para a prática cultural e artística alcançados por esta estratégia de atuação, sugerindo que, embora muito relevante na estruturação global destes programas de intervenção regeneradora, ela corre o risco de se diluir e deixar poucas marcas, pelo menos se não evoluir para um trabalho mais continuado e enraizado na comunidade.

Neste quadro, adquire especial relevo o trabalho realizado pela associação *Mudar o Olhar*, uma das poucas associações constituídas de raiz localmente e com pessoas que habitam no bairro. Trata-se de uma associação com uma estrutura precária e muito informal, desprovida de recursos e de competências técnicas e culturais, que trabalha com elevado amorosismo e voluntarismo. Esse facto não impede que tenha no entanto um relevante papel localmente, traduzido no seu enraizamento comunitário. Envolve uma parte dos jovens do bairro num conjunto de atividades capazes de mobilizar agentes culturais diversos e, desse ponto de vista, mostra-se capaz de os expor a um contacto com o universo das artes e da cultura mais amplo, com um potencial formativo e capacitante tão grande ou maior do que aquele que podemos reconhecer à intervenções mais profissionalizadas e organizacionalmente enquadradas de cariz pontual ou institucional. O exemplo serve por isso, sobretudo, para assinalar essa outra vertente da atividade cultural associativa em contextos de vulnerabilidade e distanciamento cultural e artístico. É uma vertente organizacionalmente frágil, amadora e precária, que se pauta por uma orientação em que o artístico, o lúdico e o social se confundem, mas que pode constituir um ponto de suporte e um interlocutor privilegiado para ações mais consistentes, sustentadas e capazes de se enraizar localmente, gerando dinâmicas de envolvimento cultural com maior impacto para a vida das comunidades. Em regra, este é o tipo de iniciativa que é alheia ao campo de intervenção das políticas mais diretamente dirigidas ao setor cultural. O seu potencial como plataforma de suporte ou mediação para atuações de envolvimento cultural mais consistentes e continuadas justifica, no entanto, que também sobre elas recaia atenção.

Nota conclusiva

Procurou-se, neste texto, avaliar e debater as condições em que, em Portugal, a atividade cultural e artística vem concorrendo para promover formas de qualificação, capacitação e formação de comunidades e grupos que sobrepõem a uma condição socioeconómica e simbólica desfavorecida, vulnerável ou fragilizada uma situação de distanciamento às artes e à cultura, ou mesmo de exclusão cultural.

Neste debate, a tendência para um entendimento instrumental da cultura, que a subordina a desígnios de natureza económica e social, constitui um pano de fundo que exige que se pondere cautelosamente o papel e a função que a cultura desempenha socialmente – ou deve desempenhar. Partindo desse entendimento, questionaram-se as potencialidades, os desafios, os dilemas e as questões críticas que emergem nesse quadro de ação, em que a atividade cultural e artística se combina com a atividade educativa e formativa e se aproxima do campo mais específico da ação social.

A análise realizada no âmbito do estudo em que baseia este texto constata o potencial do envolvimento cultural e artístico para efeitos de capacitação e qualificação das populações mais desfavorecidas e vulneráveis. Mas assinala também o quanto o trabalho cultural e artístico neste domínio se reveste de aspetos complexos e dilemáticos, que exigem uma ponderação cuidada dos efeitos do envolvimento cultural e das condições em que ele ocorre. Embora exista hoje uma extensa evidência sobre os benefícios do envolvimento cultural de comunidades e grupos sociais mais desfavorecidos e menos habituados ao contacto próximo com a produção e a criação cultural, é importante não perder de vista os múltiplos problemas que emergem nesse contacto: desencontros socioculturais entre artistas e destinatários dos projetos; problemas de continuidade e sustentabilidade dos projetos e, portanto, de acompanhamento das pessoas e das comunidades envolvidas; adequação dos projetos às características específicas, às competências e às expectativas dessas pessoas e comunidades; compatibilização entre a missão artística dos agentes e instituições culturais e as missões sociais e cívicas em que se envolvem.

Referências bibliográficas

Belfiore, Eleonora (2002), “Art as a Means of Alleviating Social Exclusion: Does it really work? A Critique of Instrumental Cultural Policies and Social Impact in the UK”, *International Journal of Cultural Policy*, 8(1), 91-106.

Belfiore, Eleonora; Bennett, Olivier (2007a), “Rethinking the Social Impacts of the Arts”, *International Journal of Cultural Policy*, 13, 2, 135-151.

Conselho da Europa (2010), “Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Estados Membros, em reunião com o Conselho, sobre o Plano de trabalho para a Cultura 2012-2014”, *Official Journal of The European Union*, C 325/1, 2/12/2010.

EC/D-GESAE0 (European Commission / Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities) (2005), *The Role of Culture in Preventing and Reducing Poverty and Social Exclusion*. Community Action Programme on Social Exclusion. Policy Studies Findings – 2.

Fortuna, Carlos; Ferreira, Claudino; Santos, Helena; Mendes, José Manuel; Quintela, Pedro; Martelo, Vítor (2015), *Cultura, formação e cidadania*. Lisboa: SEC/GEPAC.

GLLAM (2000), *Museums and Social Inclusion. The GLLAM Report*. Group for Large Local Authority Museums, disponível em www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/rcmg/projects/museums-and-social-inclusion-the-gllam-report/GLLAM%20Interior.pdf

Guetzkow, Joshua (2002), *How the Arts Impact Communities: An introduction to the literature on arts impact studies*. Working Paper Series, 20. Princeton University. Disponível em www.princeton.edu/~artspol/workpap20.html.

Jermyn, Helen (2001), *The Arts and Social Exclusion: a review prepared for the Arts Council of England*. Disponível em http://www.artscouncil.org.uk/publication_archive/arts-and-social-exclusion-a-review-prepared-for-the-arts-council-of-england/

Matarasso, Franco (1997), *Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts*. Stroud: Comedia.

Reeves, Michelle (2002), *Measuring the economic and social impact of the arts: a review*. London: Arts Council of England. Disponível em www.artscouncil.org.uk/media/uploads/documents/publications/340.pdf

UNESCO (2006), *Roteiro para a Educação Artística. Desenvolver as Capacidades Criativas para o Século XXI*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.

Varbanova, Lidia (2011), *Cultural Participation in Education and Lifelong Learning: A Catalyst for Personal Advancement, Community Development, Social Change and Economic Growth*. Paper commissioned by the Working Group on Education and Learning. Access to Culture Platform. Disponível em www.houseforculture.eu/upload/Docs%20ACP/AccessstoculturepolicysummaryAugust312012updatedFormatted1.pdf

Winner, Ellen; Goldstein, Thalia R.; Vincent-Lancrin, Stéphan (2013), *Art for Art's Sake? The Impact of Arts Education*. OECD Centre for Educational Research and Innovation. Disponível em www.oecd-ilibrary.org/education/art-for-art-s-sake_9789264180789-en.